

A NAÇÃO COMO POSSIBILIDADE: PRODUÇÃO ESCRITA E DIFUSÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XIX

Leandro Burgallo Paim

Mestrando em História pela Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: leandropaim@ig.com.br

Palavras-chave: Brasil Império. Produção escrita. Nacionalismo. Estado nacional.

Embarcar-vos-ei com uma ficção que já tem sido e será mil vezes uma verdade (MACEDO, 2004, p. 88).

Dessa maneira, o escritor Joaquim Manuel de Macedo convidava seus leitores a acompanhá-lo em uma visita ao Passeio Público do Rio de Janeiro. Mas, ao invés dos passos, o autor lhes propunha que seguissem suas palavras e, a partir delas, empreendeu uma caminhada cujos limites não eram os meramente físicos, definidos pelos muros do local visitado; acima de tudo, o itinerário de suas páginas tinha como traçado o tempo.

Participante do movimento romântico, Macedo pode ser considerado um dos mais importantes representantes da elite intelectual do Brasil durante o século XIX e de sua pena surgiram relevantes textos relacionados a um dos problemas centrais para os membros daquele grupo: a construção da identidade nacional.

Como muitos de seus contemporâneos, especialmente aqueles que, como ele, transitavam pelas atividades políticas e literárias, o escritor de Itaboraí debruçou-se sobre o tema da nacionalidade, utilizando corriqueiramente de seus escritos para apresentar suas opiniões sobre os assuntos mais variados envolvendo o país e, assim, incrementou os freqüentes debates sobre o Brasil.

Fosse no âmbito da elaboração do quadro histórico que remontava às origens do recém-fundado país, ou no campo da discussão sobre a situação das letras e da instrução em terras brasileiras, Macedo e seus “colegas” escreviam...e, ao fazê-lo, transformavam esse ato da escrita em atividade de reflexão, já que, para eles, fazia-se imperante pensar a nação.

Nota-se, portanto, que, sendo questão fundamental, o problema da identidade nacional envolvia o debate amplo sobre o novo status da antiga colônia portuguesa na América e, no início do referido século XIX, sua demanda de toda uma nova configuração adequada à

situação inaugurada pela independência em 1822.

Nesse sentido, os debates acerca da identidade nacional e as relações do indivíduo com a comunidade ampla e imaginária, a nação, são extremamente significativos para a compreensão da realidade do país naquele momento, pois permitem observar que

a dominação ideológica universal aparente do nacionalismo (...) é uma espécie de ilusão de ótica. Um mundo de nações não pode existir; apenas um mundo onde alguns grupos potencialmente nacionais, demandando esse status, excluem outros grupos de fazer reivindicações semelhantes, o que poucos fazem (HOBBSBAWM, 1991, p. 92).

De caráter nitidamente excludente, nacionalismo e controle político revelam-se mecanismos de adequação de um determinado grupo de interesses à existência de uma realidade heterogênea e difusa. Através deles, uma parcela da sociedade elabora uma visão de conjunto e passa a difundi-la pelo corpo social, indicando uma clara ação homogeneizadora e, complementarmente, propagadora. Observa-se, então, nessa nítida interferência dos interesses privados na organização do público o elemento fundamental de definição da identidade nacional, indicando as nuances do processo de construção de um discurso que se propõe hegemônico.¹

No mesmo momento em que se propunham as bases do Estado nacional brasileiro, era essencial elaborar uma idéia de nação que pudesse abarcar o conjunto difuso do novo país, dando-lhe certa impressão de homogeneidade e coesão.²

Uma forma nacional era o que buscavam os indivíduos que constituíam, como Macedo, a cultura letrada do país e, de maneira mais ampla, os setores dominantes da sociedade brasileira naquela época. Essa busca começava justamente por revirar aquelas realidades multifacetadas existentes no período colonial, no intuito de encontrar traços verdadeiramente comuns a todas elas ou, na efetiva ausência destes, enxergar algo que pudesse pelo menos ser imaginado como tal.

Percebe-se na ação de tais indivíduos, membros da elite letrada do Brasil, um exemplo

¹ Veja-se sobre o tema, além da obra de E. Hobsbawm (1991), também os estudos de Benedict Anderson (2008), Ernest Gellner (1993) e Homi K. Bhabha (1998), pois mesmo que as interpretações destes autores tenham importantes diferenças entre si, todos têm em comum o fato de apontarem o Estado e a identidade nacional como construção da hegemonia de determinado aparato institucional sobre um determinado território, o que traz consigo a universalização dos valores de determinados grupos.

² Vale conferir os estudos elaborados por Sérgio Buarque de Holanda (1970), István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta (2000) e Maria Odila da Silva Dias (2005), pois tais autores apontam para o fato da América portuguesa não constituir uma unidade quando da independência e da unidade nacional ter sido uma construção que tomou toda primeira metade do século XIX, já que os grupos que defendiam esta unidade foram capazes de vencer as forças centrífugas regionais tendentes à fragmentação do território.

do processo que, segundo Eric J. Hobsbawm (1991), ocorreu na Europa na passagem do século XVIII para o XIX, já que, de acordo com esse historiador inglês, nesse referido período a idéia de nação assumiu seu aspecto moderno, vinculada às transformações em curso, especialmente no que se refere ao aparecimento da ideologia liberal.

Afinal, no campo das representações, a nação refletia a intensa agitação política daquele período, sendo incorporada ao discurso como a salvaguarda da mudança; em outras palavras, através de todo o arcabouço simbólico que a envolvia, ela era elevada pelos agentes relacionados com a transformação em curso, à categoria de justificativa principal para a luta.

Ou, como avalia Benedict Anderson, também apontando para esse quadro em que se desarticulavam as práticas consagradas desde a formação dos Estados Modernos europeus, no início da Idade Moderna, é possível afirmar que

por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou “pensar” a nação (ANDERSON, 2008, p. 52).

A partir dessas considerações, observa-se, na Europa, no alvorecer do século XIX, a íntima relação entre a alteração das condições materiais, envolvidas com o processo de industrialização e a afirmação dos interesses da burguesia, e a reorganização das estruturas políticas orientada por um novo aparato simbólico, no qual a idéia de nação era o item principal.

Vê-se, então, que a situação posterior à independência, na qual havia no Brasil, sobretudo por parte dos setores elitistas, a busca por uma forma nacional, conforme citado anteriormente, mobilizava questões muito próximas às acima referidas acerca do cenário europeu, ou seja, vivia-se em terras brasileiras em meio ao debate sobre a organização política e econômica vigente, o que significava refletir sobre a condição colonial.

E embora as realidades da Europa e do Brasil fossem profundamente distintas, a influência da primeira sobre a colônia portuguesa na América implicou a reprodução dos debates ocorridos no velho mundo nesta região, especialmente junto a certas parcelas da sociedade, como a elite intelectual.

Debates esses, atrelados à gestação da idéia de nação, por meio dos quais se articularam no Brasil o aparato administrativo do novo Estado imperial e as relações entre os diferentes grupos sociais existentes no país, contribuindo para dar a este a já mencionada feição de conjunto. Assim, estudá-los indica uma preocupação em analisar aspectos dessas

significativas mudanças que, em certa medida, podem ser encaradas como o ponto de partida de inúmeras tendências e correntes que, ao longo do tempo – até os dias atuais, por que não? – dispuseram-se a pensar e discutir o tema da brasilidade.

Tema amplo, complexo e de trato difícil, é claro, que, através de muitas variações associadas ao correr das épocas, tem revelado, justamente, o esforço em definir e analisar uma suposta essência do ser brasileiro, distinguindo os traços tipicamente nacionais.

E, considerando que muitas vezes – tomando por base as referências de estudiosos citados anteriormente – esse exercício de definição sugere também um ato de imposição, ou seja, representa uma ação voltada para a afirmação de um tipo de nacionalidade adequada a um grupo de interesses específico, novamente, retorno aos mencionados debates para enxergá-los como exemplos de toda essa situação em que, na verdade, há o gesto desdobrado, de construção e compreensão daquilo que é ou se pretende que seja nacional. É nesse cenário que destaco os escritos da elite letrada oitocentista, encarando os debates deles decorrentes como expressão do forjar a nação por esse grupo.

Entretanto, a existência dos citados debates em meio a esse esforço de elaboração da nacionalidade, não permite conceber uma situação em que a harmonia de interesses e projetos tenha prevalecido, sobretudo no início do processo de construção do Estado e da nação.

Muito pelo contrário, se há algo que é possível apontar como inerente ao período de organização da monarquia brasileira é a eclosão de conflitos, não apenas efetivamente concretos, associados às revoltas que caracterizaram (boa) parte do século XIX no país, de um lado, e o confronto entre projetos políticos no âmbito institucional, de outro, mas, acima de tudo, aqueles que talvez sejam viáveis de definir como abstratos, relacionados com as disputas em torno de distintas propostas para o Estado e para a nação, e produtores de uma verdadeira guerra simbólica.

Guerra simbólica esta que envolvia elementos, naquele momento, bastante poderosos, e adequados à produção de símbolos necessários à conformação do novo conjunto nacional, tais como os diferentes impressos que, segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2005), desde a chegada da corte portuguesa, sob comando do príncipe-regente D. João, passaram a circular de forma significativa no Brasil.

Folhas e mais folhas, de aspecto e conteúdo bastante variado, que permitem, mais uma vez retomando as observações de Benedict Anderson acerca das transformações que resultaram no aparecimento do nacionalismo, avaliar a importância desse caráter mais abstrato dos conflitos como fator decisivo para as definições do aparelho estatal e da comunidade nacional no Brasil durante o século XIX, pois, de acordo com tal historiador, o

surgimento da nação está relacionado a

duas formas de criação imaginária que floresceram no século XVIII: o romance e o jornal. Pois essas formas proporcionaram meios técnicos para “re-presentar” o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação (NEVES, 2005, p. 55).

Vê-se que a produção escrita – imprensa e romance, no que concerne à citação destacada anteriormente – no século XIX assume extrema relevância na promoção de uma identidade que se propõe nacional. Por isso, analisar suas relações com o momento de fundação do Estado nacional brasileiro torna-se bastante significativo para tentar compreender algumas das situações que marcaram tal contexto, especialmente se avaliarmos essa produção escrita como veículo da, já mencionada, guerra simbólica e, por conseguinte, enquanto expressão dos conflitos desse período da história brasileira.

Sendo assim, este texto tem por objetivo justamente sinalizar algumas questões relativas à análise acerca do papel da produção escrita oitocentista no Brasil, procurando estabelecer seus vínculos com o quadro, descrito nos parágrafos anteriores, de formação do Estado e da nação, levando em consideração o significado que ela assumiu enquanto palco das disputas e dos inúmeros interesses que, então, estavam presentes no país.

Dado que, conforme mencionei até aqui, esse é o contexto de emergência da temática nacionalista em várias regiões do mundo e, conseqüentemente, de delimitação do que se poderia – e deveria – definir como nacional, enquadrando nesse adjetivo uma realidade bastante complexa e, talvez por isso, distante da pretensa uniformidade que acompanha essa nova adjetivação, parto da noção, defendida por alguns historiadores, de que havia nesse momento, um esforço de *invenção* para constituir a nação, sendo esta, portanto, como aponta Benedict Anderson (2008), uma “*comunidade imaginada*”, para considerar a importância da produção escrita enquanto elemento de criação e difusão dos traços que, a partir de então, assumem a alcunha de nacionais.

E tendo em vista a consideração acima, é válido destacar a diversidade dos escritos oitocentistas, pois a literatura, a imprensa e os manuais didáticos de história do Brasil revelavam-se no período que correspondeu à época de constituição e consolidação do Estado nacional brasileiro – ou seja, aproximadamente entre 1830 e 1870³ – enquanto formas de

³ Além de alguns estudos, já consagrados, sobre o período imperial no Brasil, tais como os de Sérgio Buarque de Holanda (1970; 1972), José Murilo de Carvalho (2003), Ilmar R. Mattos (2004) e Miriam Dolhnikoff (2005), a definição desses marcos temporais adveio de considerações feitas por Bernardo Ricupero (2004) e Hélio de Seixas Guimarães (2004).

manifestação escrita que foram essenciais na produção da identidade nacional e, portanto, podem ser encarados como expressões, em diferentes áreas, do esforço da elite intelectual do país na elaboração e difusão de uma nacionalidade propriamente brasileira.

Com sua marca de exclusão, a nação, e suas imagens divulgadas por meio dos impressos, foi o grande desafio dos setores dominantes após a independência, pois, em sua tarefa de reorganização das estruturas políticas da antiga colônia, impunham-se-lhes, ao mesmo tempo, os desafios de preservação de seus privilégios econômicos e, ainda, de acomodação das diferentes realidades locais ao novo conjunto nacional.

Fazer da nação o triunfo de um projeto específico não significava, naquele contexto, de acordo com Ilmar R. Mattos (2004), apenas a imposição de uma derrota aos demais interesses presentes no território; implicava, acima de tudo, uma difícil missão de convencimento e uniformização, forjando um processo excludente por meio da impressão de uma atitude inclusiva, ou seja, transformando interesses de extração claramente pontuais em projetos nacionais. Nesse sentido, a nação tornou-se o verdadeiro discurso dos setores dominantes.

Por isso, o momento de fundação da sociedade e do Estado, no Brasil, nos oitocentos, foi decisivo para configurar essa nova realidade e permite conceber o nacionalismo como resultado do processo de construção de uma identidade, marcado pelo controle elitista, através de mecanismos difusores, como os manuais didáticos de história do Brasil e a imprensa, sobre o cotidiano do Império, a “sociedade dos três mundos” (MATTOS, 2004), mas que não se expressa em uma ação vertical e única, visto que se constitui a partir de um complexo jogo de relações e de redefinições, no exaustivo e contraditório diálogo entre uma forma específica de espaço público em formação e o privado em limitação.

Retomando, destarte, a figura do letrado oitocentista, nota-se, por conseguinte, como algo marcante, não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina e na Europa, do diálogo mencionado no parágrafo anterior, uma intensa relação entre o movimento romântico e a produção escrita, por exemplo, por meio da elaboração de histórias ditas nacionais, o que indica, segundo o historiador argentino Jorge Myers (1994), uma irrupção de consciência histórica no romantismo como resposta aos dilemas da modernidade, estando entre eles o equacionamento entre público e privado.

Ressalte-se também, assim como propõe esse historiador ao tratar das especificidades do caso latino-americano, diferenciando-o do seu congênere europeu, que a geração romântica apresentou-se como aquela disposta a se debruçar sobre o problema da legitimidade dos Estados Nacionais.

A avaliação a respeito de certos aspectos da contribuição dos escritores oitocentistas, muitos deles românticos, e de algumas das novas perspectivas inauguradas pelo movimento cultural ao qual eles estavam associados, abre a possibilidade para averiguar a influência deste sobre a constituição de um – ou mais – projeto(s) de nação no Brasil durante o século XIX.

Possibilidade que fica mais clara ao atentar-se para o citado Joaquim Manuel de Macedo, além de José Ignácio de Abreu e Lima, indivíduos que expressaram o perfil do letrado oitocentista, pois, ao longo de sua trajetória, tiveram atuação destacada nas formas freqüentemente eleitas pelos membros da elite intelectual, como eles, para difusão do(s) seu(s) projeto(s) de nação, ou seja, a imprensa e a história pátria – através dos manuais didáticos.

Observa-se através da atuação de tal grupo, em geral, e de Macedo e Abreu e Lima, em particular, o surgimento de um discurso pretensamente nacional, por vezes atrelado à existência de uma instituição cultural, pois, como afirma o historiador Jorge Myers (1994), naquele contexto de formação dos Estados latino-americanos,

la importancia de la institución cultural como lugar de enunciación del discurso derivaba del hecho de que la escritura se producía en un medio en el cual el público lector era muy exiguo, donde por ende no existía una opinión pública desarrollada y donde los cánones del gusto literario poseían una legitimidad muy frágil. El ámbito institucional servía entonces por una parte como territorio dentro del cual el discurso podía generar sua propia legitimidad frente al conjunto de la sociedad, y donde, por otra parte se inventaba un público, y se apuntaba a la formación de una sociabilidad literaria (MYERS, 1994, p. 228–229).

Partindo dessas considerações, percebem-se na produção historiográfica e em periódicos do período oitocentista, manifestações da ação dos setores dominantes, especialmente da elite intelectual, no sentido de formar a nação, levando em conta, é claro, os seus interesses, já que, a meu ver, os manuais didáticos de história do Brasil e a imprensa são exemplos de espaços institucionais e revelam o esforço das elites brasileiras em conformar um espaço público a seu gosto, livre da ação das camadas populares, identificadas com a “rua” – naquele momento, o espaço das revoltas e, por conseguinte, da repressão, conforme sugere Ilmar R. Mattos (2004).

Nesses espaços que tenho procurado classificar como institucionais observa-se a produção dos debates mencionados anteriormente, sobretudo quando se trata da imprensa. Afinal, os periódicos, e mesmo os manuais didáticos – é claro, estão adequados ao perfil específico de seu público, a juventude em idade escolar – receberam contribuições as mais

diversas de indivíduos debruçados, de maneira isolada ou sob a influência de um grupo e/ou uma instituição, sobre a questão da nacionalidade e da nação.

Exemplo disso, foram as constantes polêmicas com as quais esteve envolvido Abreu e Lima, tais como a que se relacionou à publicação de seu *Compêndio da História do Brasil*, em 1843, e em função da qual esse escritor pernambucano divergiu com membros importantes do IHGB, nada menos que o cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do Instituto, e Francisco Adolfo de Varnhagen, celebrizado tempos depois por sua *História Geral do Brasil*.

Primeiro aspecto curioso desse embate é o fato de Abreu e Lima, até aquele episódio igualmente membro do IHGB, esforçar-se, em sua *Resposta* (1844) à avaliação feita por Varnhagen (1844) acerca de seu *Compêndio*, no sentido de elaborar duras críticas ao cônego Januário, quem atribuía a tarefa de avaliar esse texto ao futuro Visconde de Porto Seguro, e ao próprio Instituto, procurando, dessa forma, deslegitimar suas ações e seu papel e fazendo questão de ressaltar sua disposição para se desvincular do mesmo, apresentado carta de desligamento.

Outro ponto expressivo dessa polêmica foi a sua capacidade de revelar as tensões existentes no interior dos grupos elitistas em virtude de suas maneiras diversas de pensar e de se apropriar da nação, tendo em vista que no parecer de Varnhagen destaca-se a dificuldade de promoção de um conjunto propriamente nacional, como é possível perceber quando ele afirma que

(...) como, paulista, mostraria ter em mui pouco a gloria de o ser, se deixasse sem grande censura a repetição de uma sedição injuria, dirigida ao passado dos meus compatriotas (...) a cujos esforços (...) o Império deve hoje a extensão vasta dos seus limites (...) (VARNHAGEN, 1844, p. 80–81).

Ou então, quando Abreu e Lima, na já referida *Resposta*, retoma distintas ações perante a abdicação de D. Pedro I, em 1831, não se esquecendo do vocativo, é claro, ao decretar:

Pois bem, **leitores**, quando elle (Januário da Cunha Barbosa) publicava essa torpe tirada (referência a discurso recitado em 1833) contra o fundador do Império, contra o Augusto Pai de nosso actual imperador, **eu opunha pela Imprensa** uma Representação contra o monstruoso projecto de banimento, opprobrio da Camara dos Deputados de 1834 (...) (ABREU e LIMA, 1844, p. 25). (Os dois primeiros grifos meus e o último grifo do autor.)

Vocativo importante, pois atesta a preocupação daqueles que se envolviam com a

produção escrita brasileira no século XIX com a inserção dos que liam os seus textos nas suas divergências de opiniões e, portanto, de projetos, constituindo, assim, por meio desse ato de escrever, um exercício de configuração de uma forma específica de espaço público, como mencionei páginas atrás.

Para complementar esse exemplo e reforçar essa observação, destaco ainda o fato de que mesmo desqualificado, o *Compêndio da História do Brasil* de Abreu e Lima foi adotado como referência para as aulas de história pátria do Colégio de Pedro II, instituição relevante no contexto de organização dos estudos secundários no país no encerramento das Regências e durante todo o Segundo Reinado, até ser substituído por um publicado na década de 1860, as *Lições de História do Brasil* (1861; 1863), de ninguém menos que Joaquim Manuel de Macedo e sob a chancela do IHGB devido à grande influência da obra de Varnhagen – *História Geral do Brasil* – nesse texto macediano.

Tal percepção a respeito do aspecto institucional e dos vínculos da produção escrita com a definição de uma forma específica de espaço público no Brasil imperial reflete, de certa maneira, o processo mais amplo, já descrito, de organização do regime monárquico, pois a veiculação de visões diferentes sobre o país e as polêmicas delas decorrentes enquadram-se na situação de (difícil) acomodação dos interesses, plurais, à nova realidade e, por conseguinte, à noção de comunidade (imaginária) representada pela nação.

Reverberava nos escritos oitocentistas a dinâmica da política nacional de intensa negociação e, por vezes, disputa entre os setores elitistas e que, conforme sugere a historiadora Miriam Dolhnikoff (2005), pode ser exemplificado pela adoção de uma série de medidas, tais como o Código de Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional (1834), promotora, com a autonomia dada às províncias, da formulação de um arranjo de tipo federativo no país.

Portanto, seguindo as proposições de tal historiadora, pode-se considerar que, assim, como a Câmara dos Deputados e as Assembléias Provinciais tornaram-se os espaços da referida negociação entre os grupos provinciais e o governo central, também a imprensa, e a produção historiográfica indicaram essa institucionalização dos conflitos, não de modo a anulá-los, mas de forma a garantir a sua reclusão aos setores dominantes que, como ela afirma, transformavam-se, assim, em elite política e *nacional*.

Dessa forma, a produção escrita (os manuais didáticos de história do Brasil e os periódicos) apresentou-se ao longo dos oitocentos no Brasil enquanto expressão da capacidade de ação dos setores elitistas no sentido de, retornando às considerações iniciais, *imaginar* a nação de acordo com os seus interesses e objetivos, ao mesmo tempo em que

estava relacionada ao aparecimento de divergências e debates com base em posições distintas e antagônicas dos membros de tais setores.

Referências

ABREU e LIMA, José Ignácio de. *Compêndio da História do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.

_____. *Compêndio da História do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.

_____. *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa ou analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brazil*. Pernambuco: Typ. De M. F. de Faria, 1844.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi K. Disseminação: o tempo a narrativa e as margens da nação moderna. In: _____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: EDUSP/Nankin Editorial, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. A herança colonial – sua desagregação. In: _____ (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Tomo II, v. 1.

_____. O poder pessoal. In: _____ (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. Tomo II, v. 5.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de

Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte/MG: UFMG, IPEA, 2000.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTTA, Carlos G. (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000). Formação e Histórias*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II – 4º ano*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1861.

_____. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II – 7º ano*. Rio de Janeiro: casa de Domingos José Gomes Brandão, 1863.

_____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Edição revista e anotada por Gastão Penalva e prefaciada por Astrojildo Pereira (com 18 gravuras). Rio de Janeiro: Livraria Editora ZELIO VALVERDE, 1942.

_____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. v. 1.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

MYERS, Jorge. Hacia la completa palingenesia y civilización de las naciones americanas”: literatura romántica y proyecto social, 1830 – 1870. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. v. 2.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2005.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo. *Revista do IHGB*, tomo VI, p. 60–83, 1844.